

NO PINTCHA



* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

B I S S A U

CONTINUAM OS TRABALHOS PARA AS ELEIÇÕES DAS COMISSOES REGIONAIS

Como tem sido anunciado, a campanha eleitoral para os Conselhos Regionais, iniciada no domingo passado, dia 5, é, neste momento, a batalha mais importante e imediata na vida do nosso povo. Para tal, o nosso Partido e o nosso Estado incitam a todas as organizações e o povo em geral, a empenhar o melhor do seu esforço, energia e capacidade criadoras, para que as eleições sejam e livremente expressas por um povo consciente na candidatura de melhores elementos dos Conselhos Regionais, de onde sairão os deputados à Assembleia Nacional Popular. Este por sua vez, se encarregará de eleger o mais alto magistrado do nosso Conselho de Estado, nas eleições presidenciais.

O apelo já foi atendido por maior parte das organizações de massa, UNTG, JAAC, com brigadas políticas, Comissão Feminina do PAIGC e todos os responsáveis regionais, de sectores e seus colaboradores. Participam nessa campanha de dinamização em todos os pontos do país, em reuniões presididas pelos delegados da Comissão Eleitoral Nacional,

debatendo amplamente todos os pontos da lei eleitoral inserta no Suplemento do «Boletim Oficial» n.º 48, de Primeiro de Dezembro, distribuído a todos os delegados e seus representantes.

Toda a noite de ontem, quarta-feira, a partir das 20h, foi preenchida por reuniões em todos os comités de bairros da cidade de Bissau. O Presidente Luiz Cabral presidiu a um encontro no salão do Clube desportivo de Ajuda, sobre a importância dos Conselhos Regionais e a participação das populações na sua eleição. Era acompanhado dos camaradas do Comité Executivo de Luta do Partido, Lourenço Gomes, responsável Nacional de Segurança Nacional e Ordem Pública, Tiago Aleluia Lopes, director-geral da Farmedi, e Luis Correia, comandante da Polícia e Ordem Pública, Pedro Ramos, do Estado-Maior das Farp, e outros responsáveis do Partido.

O camarada Luiz Cabral conversou durante 60 minutos, com os moradores do Bairro, foi várias vezes interrompido por fortes aplausos. (Cont. na pág. 8)



Cruz Pinto representa Guiné-Cabo Verde na Associação Internacional de juristas Democratas

A Associação Internacional de Juristas Democratas, vem comemorar o Trigesimo Aniversário da sua fundação, do 10 a 13 deste mês em Paris. Este organismo de grande envergadura internacional engloba no seu seio dezenas de associações nacionais de vários países e foi criada em 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial, pelos juristas que lutaram contra o fascismo e tiveram um papel de relevo no julgamento de Nuremberga.

O Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau, camarada João Cruz Pinto, representará a Associação de Juristas da Guiné-Bissau e Cabo Verde, criada num encontro de juristas destes dois países irmãos, em Maio deste ano. Cruz Pinto vai participar nas comemorações em Paris, na qualidade de Vice-Presidente da Associação Internacional de Juristas Democratas, para que foi eleito há oito anos.

«Excusado será dizer falou o Procurador-Geral da República — que essa Associação ajudou-nos desde a origem da nossa luta de libertação nacional, contribuindo bastante na luta pela justiça e progresso social. Tem defendido intransigentemente a aplicação das soluções das Nações Unidas em relação aos povos sob dominação estrangeira, particularmente, os povos africanos colonizados, assim como os Direitos do Homem».

Entrevista de Lopo do Nascimento à revista Afrique-Asie
Ver centrais

Embaixador da Suécia entregou Credenciais



O camarada Presidente Luiz Cabral recebeu das mãos do senhor Olof Shoglund, as cartas credenciais

que o acreditam como primeiro embaixador da Suécia na República da Guiné-Bissau. A cerimónia realizou-

se no salão «Abel Djassi» do Palácio da República, terça-feira pelas 17h. Assistiram os camaradas Armando

Ramos, Comissário de Estado do Comércio e Artesanato, Fernando Fortes, Comissário de Estado dos Correios e Telecomunicações, Alberto Lima Gomes, Comissário de Estado das Obras Públicas, Construção e Urbanismo, Filinto Vaz Martins, Comissário de Estado da Energia, Indústria e Hidráulica.

Presentes também Joseph Turpin, Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros, Manuel Boal, Secretário-Geral da Saúde e Assuntos Sociais e Leonel Vieira, director-geral da Divisão Europa-América do Comissariado dos Negócios Estrangeiros.

Em breve discurso, o embaixador que era acompanhado do representante da

Engelau, manifestou a sua honra em apresentar as suas credenciais como primeiro embaixador extraordinário e plenipotenciário do seu país junto à República da Guiné-Bissau. Falou da grande admiração que o povo e o Governo sueco têm pela nossa luta de libertação, dizendo: «Durante a vossa longa luta de libertação nacional nós manifestámos na prática a nossa solidariedade e cooperação concreta. Depois da libertação, essa cooperação continuou culminando com a visita do Presidente a Estocolmo em Janeiro deste ano».

Para terminar disse que se encontrava aqui para manter e desenvolver os laços de amizade que existem entre os dois países.

Em jeito de carta

Escrevo-te duma zona rural. De uma daquelas donde desalojado o colonialista tuga por completo, se juntaram às zonas libertadas pela guerra do Povo, transformando tudo — a terra e os homens — em Pátria totalmente livre.

Segui pela cinta alcatroada que se desenrolava por baixo de mim e reparei que o povo abandonara os aldeamentos, cujos vestígios as chuvas vão apagando, pois que ali nas morangas forçadas, não se plantou sequer um limoeiro espinhoso quanto mais um mangueiro pesado. Resistência...

O povo voltou aos seus tumbuns, lá onde a sombra dos poílões e dos mangueiros e a ramagem desgrenhada das cabaceiras, lhes guardou as suas tradições. E donde as bolanhas não ficam longe.

Vejo que o verde das bolanhas é mais verde, pois o suor já tem outra recompensa. E a própria terra começa a dar mais, porque nela, outra já é a crença dos homens.

As mulheres que na berma da estrada sobre o alcatroado o arroz lesto a secar, me dirijo. O Presidente do Comité de tabanca fora à bolanha. Uma rapariguita prontificou-se a ir chamar um dos outros membros. Voltava daí a pouco acompanhada de uma mulher jovem, as mãos húmidas de lavar a roupa, enxugando a frente com a ponta do pano.

Chamava-se Mama Banora, era membro do Comité e sorria acolhedora.

Foi no seu sorriso que eu soube que lá nas morangas em que a água era outrora difícil, já há com fartura. Quando há falta, a falta tem outra causa: não é da chuva que não veio, da terra seca. É da gasolina que não tem mais na moto-bomba.

Que as crianças já se familiarizaram tanto como os carros, que até já sabem fugir-lhes à aproximação. E que há aquele fio lá no alto do bicilão, que dá luz que ilumina a escuridão mais forte que os nhambreiros. Mas aquele fio queima que mata: eles bem viram o que aconteceu àquele passarinho que lá foi descansar do voo.

Na paz dos seus olhos e da sua voz falou-me de mais coisas; do médico agora perto e que já salvara partos difíceis, do ler e do escrever que as crianças agora aprendiam, sem que para tal tivessem que habitar as vilas distantes. Das dificuldades com a palha para cobrir as casas, pois não crescera muito nas lalas, com os géneros alimentícios que de quando em vez ou faltavam ou sofriam atrasos em chegar até ao sector.

Também se dera o caso das chuvas que faltaram em Agosto o que tinha sido muito mau para o milho e para o fundo.

Quanto às desinteligências que de tempos surgiam entre os habitantes da tabanca vinham-se resolvendo normalmente, pois havia agora um remédio eficaz: as reuniões convocadas pelo Comité de Tabanca, onde se diziam os agravos na frente de todos.

Era nas reuniões que também se tomavam quaisquer decisões importantes para a tabanca.

A conversa prosseguia-se amena, passara-se o tempo e impusera-se a minha partida.

Lá no fundo, depois das lalas, sobre o tapado da floresta, o sol muito grande e vermelho-laranja punha-se e as crianças voltavam do banho na lagoa, tirintando de frio da noite que chegava do outro lado da estrada. E havia a avó que os esperava para lhes meter na mão a manfafa quente.

Retomei o caminho de volta pensando em como viria a noite vestida: feito o silêncio dos homens, seria o coaxar das rãs e o trilo dos grilos, as estrelas brilhantes no alto e a humidade que será sereno côr-de-fumo na madrugada.

Mas longe já se via a prosa e fico hoje por aqui; não é o fim desta carta.

Um abraço, José Carlos Schwarz.

Delegação da SIDA visita o nosso país

A delegação sueca da SIDA que se encontra de visita ao nosso país, foi recebida na terça-feira passada pelo Presidente Luiz Cabral, no Palácio da República. É chefiada por Olof Sohlund, embaixador da Suécia no nosso país e composta por Doy Johansson, Hakan Falk e Gota Magnusson, todos da SIDA e ainda por Fahlen Marika e Christiananderson, ambos altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

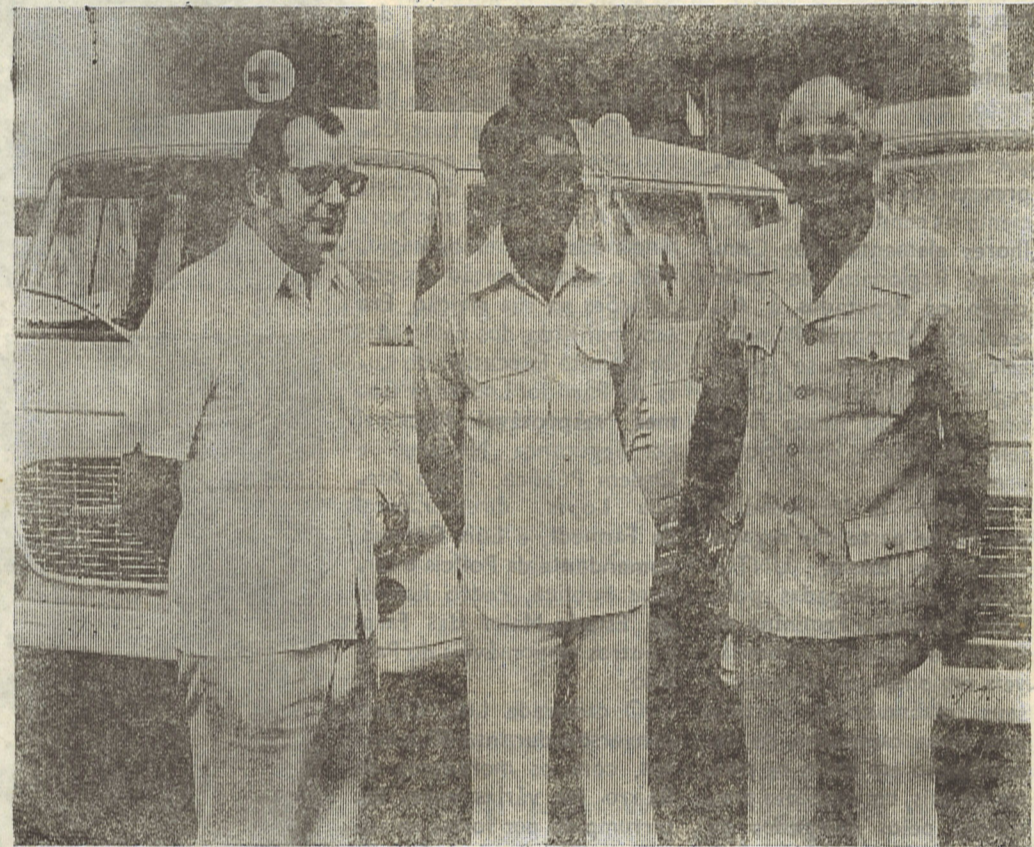
Ainda na terça-feira, a delegação reuniu-se, no salão Amílcar Cabral, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau, com uma delegação do nosso Governo. Esta é integrada pelos camaradas Fernando Fortes, Comissário de Estado dos Correios e Telecomunicações, Filinto Vaz Martins, Comissário de Estado da Energia, Indústria e Hidráulica, Alberto Lima Gomes, Comissário das Obras Públicas, Armando Ramos, Comissário de Estado do Comércio e Artesanato, Manuel Boal, Secretário-Geral da Saúde e Assuntos Sociais, Leonel Vieira, director-geral da Divisão Europa-América, do Comissariado dos Negócios Estran-

geiros, e Inácio Semedo, director-geral da Cooperação Internacional e vários outros representantes do Estado. Na reunião, a nossa delegação expôs claramente e em pormenor a situação geral do país, as nossas dificuldades e o plano de desenvolvimento. À tarde, discutiram pormenorizadamente o acordo geral de cooperação que será assinado hoje entre as duas delegações.

Entretanto, ontem a delegação deslocou-se às regiões de Bafatá e Gabú, acompanhada dos camaradas Leonel Vieira e Gaudêncio Sousa de Carvalho (Xito), director do ex-Hospital Militar. Em Bafatá, foi recebida pelo camarada Braima Bangurá, Presidente do Comité da região que os acompanhou na visita à cidade. Em Gabú, a comitiva foi recebida pelo camarada Lay Seck, Presidente do Comité Regional. À tarde visitaram a Escola Primária Caetano Semedo, o hospital regional e as instalações do novo hospital. Nas duas regiões, a delegação da SIDA interviu-se dos problemas e dificuldades com que se debatem.

Donativo do comité alemão de solidariedade

Numa cerimónia simples, para que foi convidado o embaixador Kurt Roth, da República Democrática Alemã no país, o camarada José Araújo, Secretário para a Organização do Partido, fez a entrega de 4 modernas ambulâncias ao Comissariado de Estado de Saúde e Assuntos Sociais. O camarada João da Costa, Comissário de Saúde e Assuntos Sociais, agradeceu em nome do nosso Governo este importante donativo, o que foi possível, graças ao apoio concreto do Comité Alemão de Solidariedade Afro-Asiático, ao nosso esforço de desenvolvimento.



De lembrar que, com as ambulâncias agora entregues, o referido comité havia enviado ao nosso Partido um carregamento contendo várias toneladas de alimentos, peças de vestuário, motorizadas e outros artigos.

RESPONDE O POVO

Eleições regionais - 2

Em 1972, durante a luta de libertação nacional, foram realizadas durante oito meses (de Janeiro a Agosto), em todas as regiões libertadas, os preparativos para as eleições, por sufrágio universal, directo e secreto, para os Conselhos Regionais. Estes, após a sua eleição, escolheram no seu seio os representantes das massas populares trabalhadoras, os quais, juntando-se aos quadros militantes do Partido nomeado pelos combatentes da liberdade da Pátria, constituíram a primeira Assembleia Nacional da Guiné-Bissau. De acordo com a constituição adoptada, foi fixada para este ano a realização de uma consulta para a renovação dos Conselhos Regionais, para a eleição dos deputados da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Duas pessoas dão a sua opinião sobre as próximas eleições que decorrerão de 19 a 21 deste mês.

Manuel António da Silva, 25 anos, estudante-trabalhador — Sou de opinião que as eleições

vão correr da melhor forma, embora tenham sido preparadas num espaço de tempo relativa-

mente curto. Digo isso porque é a primeira vez que se faz uma eleição desse género na nossa terra completamente livre. É certo que o PAIGC, ao longo deste dois anos que comandou o destino do país, tudo fez para criar as condições que permitem ao nosso povo decidir do seu próprio destino. Mas dois anos é muito pouco, atendendo aos séculos de dominação a que o mesmo esteve submetido. Acho que elas deviam ser preparadas com mais antecedência a fim de permitir um maior esclarecimento ao nosso povo, na escolha li-

vre e dentro do espírito de democracia, dos seus legítimos representantes.

Júlio César Monteiro Mengo, 20 anos, funcionário do Turismo — Durante a luta de libertação nacional, as primeiras eleições realizadas, foram preparadas num espaço de tempo mais longo, o que permitiu que o nosso povo tivesse eleito os seus legítimos representantes, conscientemente, escolhendo as pessoas ligadas à vida das populações e portanto capazes de defender os seus interesses.

Koweit presta assistência financeira

KOWEIT (AFP) — O Koweit vai conceder um crédito de 15 mil dólares às ilhas de Cabo Verde a título de assistência financeira. Esta contribuição soube-se de fonte oficial no Koweit. Foi decidida a seguir a um apelo lançado nesse sentido por Kurt Waldheim, Secretário-Geral das Nações Unidas.

S. Vicente estudo de assuntos dos Correios e telecomunicações

Permaneceu em S. Vicente durante uma semana o camarada Terêncio Alves, Director Nacional dos Correios e Telecomunicações, que durante a sua estadia contactou com os camaradas responsáveis locais do Partido e do Governo, tendo participado na reunião semanal do Conselho Técnico de Desenvolvimento.

Sal Campanha de limpeza em Santa Maria e inaugurações na Palmeira

A população da vila de Santa Maria, mobilizada pelo nosso Partido, levou à prática uma campanha de limpeza na referida vila. Houve uma participação popular que consideramos surpreendente se acaso não conhecessemos a capacidade e a decisão do nosso povo de resolver os problemas que o afectam.

Participaram de forma organizada, os trabalhadores da Companhia de Fomento de Cabo Verde, elementos das FARP, da JAAC e da Função Pública.

Através deste acto, o povo de Santa Maria quis dar o seu contributo no combate à doença, particularmente a epidemia

Santiago Saneamento no mercado da Praia

No prosseguimento do trabalho de saneamento da cidade da Praia, com vista a evitar mais casos de cólera como os que causaram alguns óbitos e levaram ao internamento hospitalar vários cidadãos, o Secretariado Administrativo do Conselho da Praia mandou fazer uma limpeza em profundidade no mercado da capital.

Durante esses trabalhos de limpeza, que retiraram do mercado da Praia alguns camiões de lixo, pode-se constatar a falta de cuidado dos seus utilizadores, pondo em perigo a saúde dos consumidores dos géneros que aí são vendidos.

O Secretariado Administrativo tomou uma importante decisão para a defesa da saúde pública que consiste na limpeza diária do mercado, devendo ser feita semanalmente uma limpeza em profundidade.

A origem de muitas

doenças que ainda ceifam vidas no nosso país, principalmente de crianças, reside na falta de higiene geral que provoca diarreias e, nos casos mais graves, a cólera.

A acção dos Secretariados Administrativos desta ilha no controlo dos focos de cólera em Santiago tem sido notável, no que foram coadjuvados pelos serviços de saúde, pela Polícia e pelas FARP. Podemos orgulhar hoje de ter conseguido dominar uma situação que poderia ter sido grave, sem recurso a auxílio estrangeiro directo.

A decisão do Secretariado Administrativo da Praia de velar pelo estado de limpeza do mercado onde é vendida a maioria dos géneros consumidos pela população da nossa capital é, do ponto de vista da defesa da saúde do nosso povo, mais um passo para o cumprimento do Programa do Partido.

Entretanto foi inaugurado na Palmeira, um Posto Sanitário, a que foi dado o nome do Alberto Fortes, médico caboverdiano nascido nesta ilha e que foi colhido recentemente pela morte num acidente em Portugal, quando se preparava para exercer a sua profissão médica em Cabo Verde.

A importância do Posto Sanitário foi demonstrada no acto da inauguração pelo camarada delegado da Administração Interna, que salientou o facto de que, durante a época colonial, as pessoas tivessem de se deslocar a uma distância relativamente grande até ao Hospital dos Espargos.

UM TEXTO DE AMILCAR CABRAL

publicado pelo Conselho Superior da Luta do PAIGC a 8 de Janeiro de 1973



Sobre a criação da Assembleia Nacional Popular da Guiné (2)

B — No exterior (militantes, quadros, estudantes incluindo igualmente certos emigrantes) militando no Partido:

1. Boletins distribuídos (inscritos)

Sim 4 517
Não 4 517

2. Votantes 4 517 100%
Sim 100%
Não 0%

C — Resultados globais (interior+exterior):

1. Boletins distribuídos (inscritos)

Sim 87 517
Não 87 517

2. Votantes 82 032 93,73%
Sim 79 680 97,13%
(91,04% dos inscritos)
Não 2,352 2,87% dos inscritos
(2,80% dos inscritos)

«Quando à votação por região, o número mais elevado de votantes em relação aos inscritos corresponde à região libertada do norte, com 95,30% e, o mais baixo nas regiões orientais, com 87,93%. O número mais elevado de Sim em relação aos votantes corresponde à região libertada do sul com 97,85% e, o mais baixo igualmente nas regiões orientais, com 94,49%. Em seis aldeias, a percentagem de Não foi ligeiramente superior aos Sim. Numa aldeia libertada da zona norte, os Não atingiram os 100%, por motivos de um desacordo entre a população dessa aldeia e a de outros sectores, relativamente à candidatura de um representante».

«Foram eleitos pelas massas populares os seguintes conselheiros regionais e representantes da ANP, em número de: Conselheiros regionais... 273; Representantes da ANP... 99, sendo 91 para os Conselhos Regionais eleitos, 5 para a União Nacional dos Trabalhadores (UNGT) e 3 para a Conferência Nacional de Jovens e Estudantes».

«Foram designados a título provisório, em representação das zonas ainda ocupadas e efectivamente controladas pelas tropas de ocupação, 21 representantes para a ANP, sendo 3 para Bafatá, 4 para as Ilhas dos Bijagós, 9 para a Ilha de Bissau compreendendo a capital e 9 para a Ilha de Bolama incluindo a cidade».

«A realização das eleições gerais na Guiné (Bissau) e a criação da primeira Assembleia Nacional do nosso povo, são factos políticos de um significado histórico para a vida nova que construímos e para o desenvolvimento ulterior da luta heróica do nosso povo para a independência. Estas iniciativas que obtiveram o apoio mais entusiasmático das massas populares das zonas libertadas e tiveram um eco muito favorável entre as populações das zonas ainda

ocupadas pelas tropas colonialistas portuguesas, abrem novas perspectivas ao nosso combate libertador. Elas contribuirão para o reforço da luta nas Ilhas de Cabo Verde parte integrante e inalienável do nosso território nacional, onde será igualmente criada a seu tempo, a primeira Assembleia Nacional Popular, com vista à formação do órgão supremo da soberania então totalmente reconquistada do nosso povo, do seu Estado unitário: A Assembleia Superior do povo da Guiné (Bissau) e das Ilhas de Cabo Verde».

«Posteriormente à decisão tomada pelo Conselho Superior da Luta, visando a criação da ANP na Guiné (Bissau), o Comité de Descolonização da OUA no decorrer da sua 84.ª sessão, realizada em Conakry em 10 de Abril de 1972, reconheceu o nosso Partido, o PAIGC como sendo o único autêntico representante do povo da Guiné (Bissau) e das Ilhas de Cabo Verde. A XXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas confirmou este reconhecimento».

«Se estes factos não fazem mais do que confirmar a posição inabalável do nosso povo que sempre considerou o nosso Partido combatente como sendo o único legítimo e verdadeiro representante dos seus interesses inalienáveis e suas legítimas aspirações à independência, à paz e ao progresso, não deixam nem por isso de dar uma nova dimensão e um cunho internacional às eleições gerais e a criação da ANP pela iniciativa do nosso Partido. Isto é, de certo, um novo acontecimento, não uma nova via no quadro da luta dos povos para a libertação da dominação imperialista. Acontecimento e via que estão ao mesmo tempo de acordo com as leis morais internacionais dos nossos dias, com a carta e as resoluções das Nações Unidas».

A Assembleia Nacional do nosso povo na Guiné (Bissau) terá a sua primeira sessão em 1973 no nosso país, assim que preparativos para a reunião estejam terminados. Ela cumprirá, assim, a primeira missão histórica que lhe é confiada: a proclamação do nosso Estado Nacional, a promulgação da Constituição e a criação dos órgãos executivos correspondentes.

«Ao tornar público os resultados das eleições gerais, o nosso fim é informar a opinião mundial e todas as instâncias nacionais e internacionais sobre este factograndioso da nossa história e da luta do nosso povo. Temos de reafirmar, neste momento, a nossa certeza na vitória do nosso povo contra os particularmente retrógrados colonialistas portugueses. Reafirmamos igualmente a nossa confiança no apoio solidário, moral e político dos Estados independentes de África e de todas as outras forças anti-colonialistas e anti-racistas de diversos continentes, das decisões que não tomadas pela nossa Assembleia Nacional Popular, na justa causa da independência e do progresso do nosso povo».

ENCONTRO NACIONAL DE RESPONSÁVEIS REGIONAIS

Comissário Rui Barreto ao Nô Pintcha:
"Sairemos vencedores desta nova batalha porque tal como a anterior, esta a ser orientada pelo PAIGC"



Apresentamos hoje a segunda parte da entrevista com o camarada Rui Barreto, Comissário de Estado de Administração Interna, Função Pública e Trabalho, concedida ao nosso jornal no final de uma reunião de 10 dias com os presidentes de Estado das regiões e dos sectores do país. Nela participaram também responsáveis administrativos e secretários regionais para a organização do Partido, assim como responsáveis a nível central e Comissários de Estado e seus representantes, que discutiram problemas relacionados com os interesses das populações.

Nesta segunda parte, Rui Barreto aborda os problemas da juventude, das eleições, o desenvolvimento comunitário, a revisão do sistema administrativo e a discussão do plano para a realização de projectos nos três próximos anos, com ordem de prioridade. Fala ainda do problema de instalações e da criação de um quadro técnico, comum a todas as regiões.

Ainda no aspecto de comunicação, para além das estradas e das comunicações rádio-telefónicas, aquele Comissariado vai procurar, com os recursos de que dispõe, arranjar viaturas e embarcações. Vai procurar comprar carros, bicicletas, motorizadas e barcos a motores fora de bordo porque em muitos pontos não se pode ir por terra e tem que se ir por mar.

—Vamos procurar conseguir esses meios de que estamos muito carecidos. Mas eu volto a repetir: não é para estragar; é para usar racionalmente», avisou Rui Barreto.

Os responsáveis foram também alertados para um aspecto que considero importante e que está ligado à actividade dos jovens, aqueles que depois serão os dirigentes desta terra. «Não

podemos manter-nos alheios à maneira como eles se formam, como eles ocupam os seus tempos livres».

Afirmou que há departamentos especialmente dedicados a isso: o Comissariado da Educação, da Juventude e Desportos e a JAAC. Mas que eles devem também ajudar os nossos jovens a cultivarem-se fisicamente e intelectualmente, melhorando os recintos desportivos existentes e procurando arranjar outros de forma aos nossos jovens terem onde cultivar o físico, porque físico são é condição para mente sã.

«Isso é necessário e nós vamos tratar portanto de ajudar na medida das nossas possibilidades. Cada um desses departamentos têm uma função específica e nós vamos juntar o nosso

esforço ao deles e vamos avançar juntos. Temos que avançar com a criação de bibliotecas nos comités para que as pessoas também para distraíam com uma boa leitura e se cultivem. Que ao lado da cultura física haja a cultura intelectual. Isso foi também um outro ponto debatido a que vai ser dado seguimento».

Os nossos responsáveis debateram também outros aspectos da nossa vida. Na proximidade das eleições, que vão ser feitas este ano para os conselhos regionais e para a Assembleia Nacional Popular. Falaram do problema do recenseamento eleitoral e do atraso com que este está sendo feito. Até o momento só tinham o recenseamento de quatro regiões, faltando as outras quatro regiões. A necessidade do recenseamento ser aprontado rapidamente, e que os departamentos que ainda não tinham fornecido elementos para esse efeito o façam com urgência, para que o trabalho possa ser concluído.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Um outro tema abordado está relacionado com o desenvolvimento comunitário. Neste aspecto, pensa-se fazer uma experiência em duas regiões: Tombali e Oio, com as populações dessas zonas e utilizando os meios de que dispõem, no sentido de lhes dar toda aquela série de coisas de que normalmente carecem.

—Mas aquilo que nós queremos dar às nossas populações não é só aquilo que elas têm neste momento. Queremos água e luz em todos os aglomerados populacionais. Dar às nossas populações escolas, postos sanitários. Queremos também que qualquer aglomerado populacional esteja ligado aos outros mais importantes através de estradas e de outros meios de comunicação. Queremos que as casas se-

jam outras, muito melhores que aquelas que as nossas populações habitam actualmente. Portanto, vamos tentar fazer uma experiência no sentido da criação de novos aglomerados populacionais. Com tudo isso que acabei de dizer, com estabelecimentos comerciais onde possam encontrar tudo quanto necessitam. Com centros de convívio para as populações, com instalações de recreio... Enfim, ver como é que poderemos organizar noutros moldes a vida da nossa população no sentido de lhes dar mais comodidade, para assim lhes proporcionar uma melhor saúde».

REVISÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO

A revisão da divisão administrativa e o plano da realização de projectos, em função de prioridade, foram outros pontos discutidos no encontro. O primeiro ponto, a revisão do sistema administrativo, tem a sua justificação no facto dos nossos responsáveis regionais não poderem, por dificuldades de comunicação, visitar com aquela frequência que se torna necessária, os vários cantos da sua região. Uma redução das áreas das actuais regiões talvez possa permitir isso. Quanto ao plano da realização dos projectos, os responsáveis regressaram às suas regiões com a indicação de preparar um plano de trabalho para os próximos três anos.

—Nós vamos ver o que é que precisamos fazer em cada uma das terras, durante estes três próximos anos. Então vamos distribuir esses trabalhos todos por ordem de prioridade. E, assim, vamos saber onde é que devemos aplicar primeiro o nosso dinheiro. Doutro modo arriscamos a fazer coisas, digamos, desgarradas. Nós podemos pensar por exemplo, em construir um cinema em Catió. Mas po-



Os responsáveis discutiram vários aspectos

demos pensar qual é o mais urgente construir: um cinema ou uma escola? Estou a dar exemplo. Nós podemos pensar numa escola em Fulacunda. Mas qual será mais urgente? A escola ou o hospital? Se fizermos um plano de trabalho podemos então ir aplicando o dinheiro nas coisas prioritárias. De forma que os camaradas foram com a indicação de preparar o plano, plano esse que vai ser submetido depois aos diversos departamentos para darem a sua opinião e poderemos estabelecer uma ordem para os nossos trabalhos, uma ordem para a aplicação dos recursos financeiros de cada região.

«Outro aspecto de que se falou há bocado está relacionado com as instalações tanto para o serviço como para moradia. É preciso não esquecer que as pessoas que estão a trabalhar numa região são trabalhadores dessa região. Portanto, quando o comité faz uma habitação, não pode estar a pensar em fazer uma habitação só para os trabalhadores do comité. O dinheiro é da região e deve ser utilizado para todos aqueles que desenvolvem a sua actividade a bem da região. Se o trabalhador do comité precisa dum casa, o trabalhador da Saúde precisa dum casa, o trabalhador das Finanças precisa dum casa, o trabalhador dos Correios precisa dum casa. Enfim, todos aqueles que ali trabalham precisam de ter casa. Portanto devemos pensar em construir moradias para que todos possam beneficiar.

Vamos arranjar instalações para todos os serviços. Devemos ver quais são os recursos que nós temos, e orientar a nossa actividade nesse sentido. Volto a repetir: visa-se a uma autonomia cada vez maior das

regiões. Os que estão na região são da região, trabalham para a região e que olhar para todos eles».

CRIAÇÃO DE QUADRO TÉCNICO

É dentro desse plano de desenvolvimento da actividade regional que aquele departamento pensa na criação de um quadro técnico a todas as regiões. Está-se a avançar rapidamente no sentido da concretização desse plano. O camarada Comissário Barreto explica: «Tem por exemplo, uma série de obras para fazer, tanto construção como de conservação e reparação.

Simplemente, para fazermos as nossas obras de construção temos que preparar que as Obras Públicas, com os seus técnicos possam analisar os trabalhos por fazer, possam fazer os projectos e acompanhar a execução.

Mas as Obras Públicas estão com uma grande deficiência: têm muita falta pessoal e de meios. Se tivéssemos o nosso pessoal os nossos engenheiros e os nossos construtores vis, todo esse pessoal de construção civil, não teríamos esse problema. Os nossos arquitectos fariam projectos que as Obras Públicas haviam de analisar para ver se estão bem ou se estão mal. O nosso engenheiro que iria orientar os trabalhos, responsabilizar-se pelos trabalhos que seriam executados no local pelos nossos mestres de obras».

E se pretendemos abrir furos para tirar água, vamos ter técnicos para esse efeito. Queremos alargar as culturas, os campos. Precisamos de agrónomos, de gentes agrícolas que possam estar nas tabancas e tratar das coisas que se tornarem necessárias e não ficarem só dependentes dos técnicos».

Lopo do Nascimento, à revista "Afrique Asie": "DEFENDEMOS E APOIAMOS O INTERNACIONALISMO"

«Defendemos e apoiamos o internacionalismo e, da mesma maneira que os outros povos, africanos e não-africanos, vieram combater ao nosso lado, o nosso povo está pronto a fornecer a sua contribuição a outros povos, apesar da situação difícil que continuamos a atravessar», afirmou Lopo do Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola, numa entrevista publicada na revista «Afrique-Asie» quando do 1.º aniversário da RPA.

«AFRIQUE-ASIE» — A independência de Angola, após a das outras colónias portuguesas teve para os povos dos países ainda submetidos ao regime de «apartheid», um efeito catalizador. Qual é, segundo o primeiro-ministro, o papel dos países ditos «da primeira linha» na libertação da totalidade da África Austral?

LOPO DO NASCIMENTO — Os países que constituem a vanguarda segura das forças combatentes não têm contrariamente às afirmações de uma certa imprensa, de resolver o problema da libertação da África Austral substituindo-se aos seus próprios combatentes. O nosso papel consiste em dar todo o apoio concreto, em material, desejável, em trocar com eles as experiências das nossas lutas de libertação, a fim de que essa luta conheça constantemente um aumento quantitativo. E, quando falamos em trocar experiências, isso entende-se a todos os níveis: político, ideológico e militar. Além disso é importante que as nossas estruturas de Partido e de Governo sejam colocadas à disposição da luta, a fim de mobilizar o nosso povo e a opinião pública internacional.

«A.A.» — O Presidente Neto mostrou a sua surpresa, quando das conversações entre Kissinger e os Chefes de Estado dos países «da primeira linha», perante o facto do problema do «apartheid» na África do Sul não ter sido abordado. Portanto, desde Maio, um movimento de massa desenvolveu-se. De que maneira os países «da primeira linha» podem apoiar o povo sul-africano na fase actual.

L. N. — A situação na África do Sul não deve ser dissociada da situação na Namíbia e no Zimbabué. É preciso uma aproximação global. Certo, as coisas não são idênticas, as diferenças são perceptíveis e poderá ser-se tentado a abordá-las de maneira ligeiramente diferente. Pensamos, quanto a nós, que, nas suas grandes linhas, o apoio a dar deve ser idêntico: devemos conceder aos nossos irmãos uma ajuda que lhes permita melhorar e reforçar a sua organização para combater. É esse o momento de combater? É quando o combate reveste ou não a forma de luta armada? São as perguntas às quais os combatentes sul-africanos devem responder.

Nós, na República Popular de Angola, pensamos que a situação desses três países não pode ser dissociada — pela mesma razão que o plano Kissinger tem também a intenção de preservar a África do Sul — e que, como no Zimbabué, o momento de combater chegou: é isso que vivemos actualmente.

«A.A.» — A guerra de Angola pôs em dia as fraquezas da OUA, mesmo tendo provocado um reagrupamento dos países progressistas. Em todo o caso, o reconhecimento tardio da RPA revelou uma certa pas-



sividade face à agressão sul-africana. Que pensa que se passaria, caso as questões da Namíbia e do Zimbabué chegassem à ordem do dia?

L. N. — Quando da discussão sobre Angola, no mês de Janeiro deste ano, na OUA, muitos afirmaram que essa questão iria dividir a organização. Penso que se referiam à divisão orgânica porque, no que respeita à política e ideologia, não se pode dizer que reina uma grande unidade no nosso continente. O problema do Saabara, quando da nossa última reunião da OUA, foi a esse respeito, também ele, largamente infrutífero. Estamos certos todavia, no que diz respeito a esses dois países, a Namíbia e o Zimbabué, ainda não independentes, a clivagem não seria tão marcada.

«A.A.» — Hoje, quando as relações entre Lusaka e Luanda estão estabilizadas e tendo-se em conta o facto de Moçambique fazer já

parte de uma aliança com a Zâmbia e a Tanzânia que prevê-se em caso de necessidade — uma certa cooperação militar, Angola poderá participar?

L. N. — Em princípio, não temos intenção de fazer aliança militar com nenhum país. Estamos todavia, prontos para combater ao lado de todo o povo ameaçado pelo imperialismo. Defendemos e apoiamos o internacionalismo e, da mesma maneira que os outros povos africanos e não africanos vieram combater ao nosso lado, o nosso povo está pronto a fornecer a sua contribuição a outros povos, apesar da situação difícil que continuamos a atravessar.

«A.A.» — No mês de Março, quando da retirada das tropas regulares sul-africanas, o Bureau Político do MPLA, tinha declarado que os trabalhos sobre o Cunene iriam recomeçar, podendo esse projecto servir os interesses namibianos. No fim de Agosto, os trabalhos foram interrompidos. Porquê?

L. N. — A nível de princípios, a nossa maneira de ver não se modificou. Mas a África do Sul viola as nossas fronteiras, infiltra as suas tropas e os seus lacaios. Nessas condições não podemos autorizar qualquer trabalho que seja.

«A.A.» — Grupos armados infiltram-se também em território angolano provenientes do Zaire. As fronteiras de Cabinda sofrem ainda ataques de uma artilharia com base no Zaire. A RPA poderá seguir a política adoptada, visando a normalização das suas relações com os países vizinhos? E a que chegaram as conversações com a comissão zairota, encarregada de estudar as modalidades dessa normalização?

L. N. — Não obstante os actos de hostilidade, a que faz alusão, o nosso governo segue a sua política de procura de boas relações com os países vizinhos, o que não exclui da nossa parte a adopção de medidas com vista a modificar essa situação e a pôr termo a ela. O trabalho das comissões continua, mas não devemos esperar resultados imediatos, porque as questões são numerosas e morosas.

«A.A.» — Expressiu certas preocupações quanto ao alargamento da NATO aos países do Atlântico Sul.

Qual seria a reacção da RPA à instalação de bases militares nesses países?

L. N. — Daremos uma resposta na hora em que a questão for posta na prática.

«A.A.» — Como sair do impasse que constitui o veto americano na ONU?

L. N. — O impasse e a contradição existem no seio da Organização das Nações Unidas. Há que sair dela. A RPA é reconhecida por mais de 100 países, membros dessa organização e, se nos reconhecem, é porque consideram que poderemos e devemos ser o seu parceiro no seio dessa organização. Quando os Estados Unidos se opõem à nossa entrada, eles desafiam esses países e provam que certas estruturas ultrapassadas permitem negar os interesses da maioria. Não é, pois, sairmos do que quer que seja. Continuaremos simplesmente a apresentar a nossa candidatura.

«A.A.» — As relações diplomáticas firmadas com Portugal, vão dar aos portugueses, que deixaram o país antes do 11 de Novembro de 1975, mais facilidades para entrarem em Angola? Mas as medidas de nacionalização pelo Governo da RPA não vão modificar as controvérsias no contencioso luso-angolano?

L. N. — As relações diplomáticas não têm nada a ver com o regresso dos portugueses. Nós o afirmamos por diversas vezes, e aos próprios partidos portugueses, os portugueses que abandonaram o nosso país — e que em Portugal chamam-se «retornados» — partiram para sempre. Recebemos quando muito técnicos que consideramos como necessários aqui, escolhidos por nós, e que trabalharão nas mesmas condições que qualquer outro técnico estrangeiro. Com um contrato mencionando a duração do seu compromisso.

Não pensamos também que haja uma relação entre relações diplomáticas e nacionalizações. A nacionalização é um direito do nosso povo que exercemos com ou sem relações com Portugal, tendo somente em conta os interesses do nosso povo. Como o sublinhou o Presidente Boumediène e nós estamos de acordo com ele, a nacionalização é uma condição fundamental do desenvolvimento económico.

(continua na página 6)



a nacional

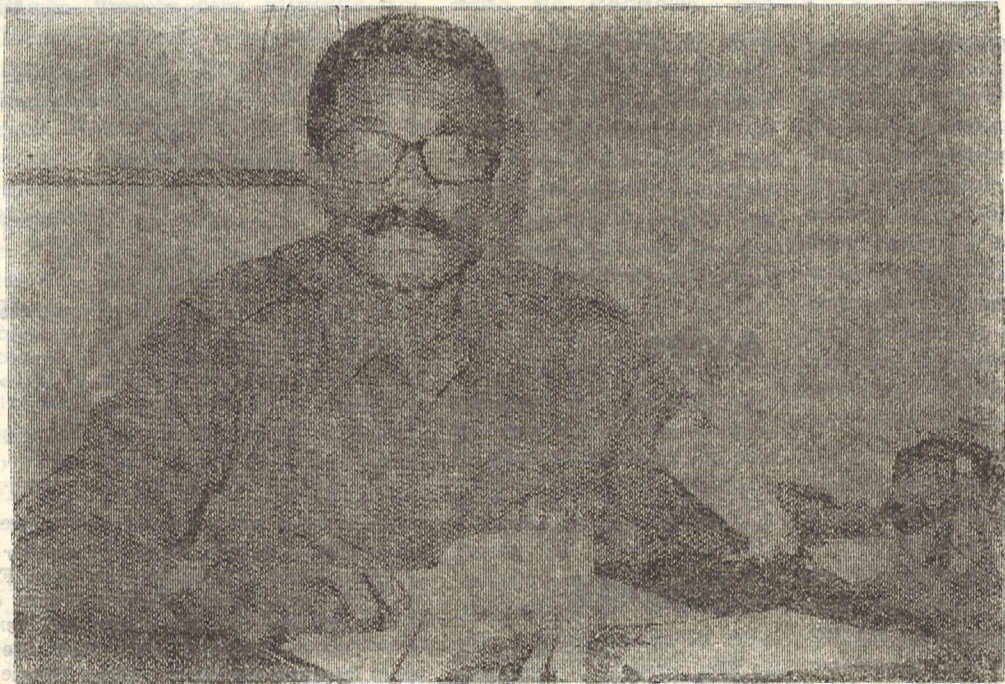
do Comissariado de Agricultura. Porque eles não são em número suficiente para corresponder a todas as necessidades. Vamos recrutar técnicos e esses técnicos vão ser pagos pelos orçamentos dos diferentes comités. Assim, nós vamos ter a certeza de poder fazer rapidamente os trabalhos que precisamos, sempre com o apoio técnico dos comissariados respectivos.

CONCLUSÃO

«É uma questão que eu considero bastante importante porque vai permitir que se mude rapidamente a face, digamos, de muitos aglomerados populacionais e realizarmos aquilo que desejamos».

Rui Barreto fala da sua impressão sobre a reunião. Diz que ela foi proveitosa e que por isso mais reuniões devem ser feitas. «É minha intenção continuar a realizar periodicamente outras. Não vou estabelecer rigidamente se de três em três meses ou de seis em seis meses. Faremos as reuniões que forem necessárias para avançar o nosso trabalho. Considero que através disso, vamos obter efeitos positivos».

«Foi, em resumo, isto o que falamos, foi disto que nós nos ocupamos na nossa reunião, através da qual procuramos fazer o que depende para conseguirmos participar com todas as nossas forças nessa batalha de reconstrução nacional em que estamos empenhados. Batalha dura, mas da qual sairemos vencedores, porque ela, como aquela outra anterior que levou ao afastamento do último poder colonial do nosso país, essa batalha, diga-se também está a ser travada pelo PAIGC».



Lopo do Nascimento

(Cont. das Centrais)

«A.A.» — Parece que o futuro plano económico prevê grandes investimentos para o desenvolvimento industrial. O financiamento de tais projectos será de capitais estrangeiros?

L. N. — Temos potencial para o desenvolvimento industrial, pois possuímos matérias-primas e energia. Resta-nos encontrar o que nos falta para assegurar a descolagem industrial. O capital a fazer parte e, nessa perspectiva, é natural que, para certas indústrias,

seja feito apelo a capitais estrangeiros.

«A.A.» — Várias conferências internacionais, a dos não-alinhados em particular, atacaram o problema das relações entre países sub-desenvolvidos e países industrializados, a fim de reduzir as desigualdades. Qual é, nesse ponto, a posição da RPA?

L. N. — Somos evidentemente, favoráveis à emergência de uma nova ordem internacional. Apoiamos a carta dos direitos e dos deveres económicos entre Es-

tados, aprovada pelas Nações Unidas. As linhas de acção propostas em 1974, pelo Presidente Bourdienne, são justas baseando-se em:

a) A nacionalização dos preços mundiais para os países produtores;

b) Facilidades de pagamento da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento;

c) Um auxílio aos países vítimas de condições climáticas desfavoráveis;

d) Um aumento das trocas comerciais entre países

do Terceiro Mundo.

«A.A.» — A RPA não parece querer fazer parte da Convenção de Lomé. Porque razões?

L. N. — Analisando o que é a Convenção de Lomé, os seus objectivos e as vantagens que apresentaria para Angola nos diversos domínios — cooperação comercial, estabilização das receitas, cooperação industrial —, e tendo em conta a opção tomada pela RPA e pela sua evolução, o MPLA pronunciou-se contra a adesão à Convenção de Lomé.

ANUNCIOS

COMISSARIADO DE COMÉRCIO E ARTESANATO FIXA NOVOS PREÇOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS

Do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato recebemos, com pedido de publicação e com data de 7 de Dezembro, o seguinte aviso:

Para conhecimento do público se informa que a partir desta data e conforme determinação do Comissariado, passarão a ser praticados em todo o País, novos preços de comercialização das bebidas constantes da relação que se segue:

Designação das bebidas	Preço de venda por grosso	Preço de venda a retalho
Aguardente Bagaceira, grf. de 1 litro	115,50	150,00
Vinho maduro tinto Dão, grf. de 75 cl	62,50	75,00
Vinho verde branco Especial, grf. de 75 cl	66,50	80,00
Vinho maduro tinto Vical, grf. de 100 cl	153,50	200,00
Genebra Ideal, grf. de 100 cl	153,50	200,00
Drambuie, grf. de 100 cl	231,00	300,00
Champanhe fr. Imperial, grf. de 75 cl	459,00	550,00
Champanhe fr. Cremat, grf. de 75 cl	417,00	500,00
Champanhe fr. Cremat, 1/2 seco, grf. 75 cl	250,00	300,00
Vinho do Porto Sup. Tauny, grf. de 75 cl	146,00	175,00
Vinho do Porto Lácrima, grf. de 75 cl	166,50	200,00
Vinho do Porto Quinta do Porto, grf. de 75 cl	187,50	225,00
Quinado, grf. de 1 litro	146,00	175,00
Vinho comum em barris ou tambores 1/litro	33,30	40,00
Vinho de mesa em garrações de 5 litros	208,50	250,00
Vinho de mesa em garrações de 10 litros	375,00	450,00

CIRCULAR

Avisam-se os comerciantes e empresas importadoras de que a partir do dia 7 deste mês deverão obrigatoriamente entregar no Departamento do Comércio Interno, deste Comissariado, todos os cálculos de preços dos géneros alimentícios e bebidas, para efeitos de conferência e aprovação, sem a qual não poderão pôr à venda as respectivas mercadorias, sob pena da lei faltando.

Comunicado

A firma Fernando dos Santos Correia comunica os seus estimados clientes, e o público em geral, que encerra o seu estabelecimento de vendas de acessórios Peugeot, para férias do pessoal, no período de 20 do corrente a 10 de Janeiro de 1977.

Agradece-se

João António Teixeira, (Né-né), e família, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente vêm por este meio agradecer a todas as pessoas, que, de qualquer forma manifestaram os seus sentimentos pela morte da filha Maria Antonieta e se dignaram ainda a tomar parte no seu funeral.

Concurso

Está aberta a inscrição, na sede do Serviço, até ao dia 20 de Dezembro de 1976, para o estágio de funcionários do serviço meteorológico. Aceitam-se candidatos de ambos os sexos, com menos de 21 anos e com pelo menos o 5.º ano dos liceus, ou qualquer preparação superior a este, de preferência com afeições de ciências.

Os candidatos deverão apresentar o bilhete de identidade e até 31 deste mês, certificado de habilitações. O estágio começa a 10 de Janeiro e prolonga-se até Junho com o mínimo de interrupções.

Concurso

Está aberta a inscrição para o preenchimento dos lu-

gares na futura Companhia de Seguros, no Comissariado do Desenvolvimento Económico e Planificação. São admitidas candidaturas de indivíduos que possuam habilitações mínimas, o 5.º ano do curso liceal ou curso geral do comércio e saibam escrever à máquina. Deverão apresentar estes documentos: certificado de habilitações; certidão de idade; certificado de bom comportamento moral e cívico.

O exame constará de provas de Inglês ou Francês, à escolha do candidato.

Grau 1; dactilografia para todos os candidatos, grau 2; noções gerais do PAIGC, para todos os candidatos, grau 3; contabilidade, para os candidatos com o curso

geral do comércio, grau 3; cálculo, para os candidatos com o curso geral do comércio. Aos candidatos aprovados no exame será ministrado um curso de formação teórico e prático sobre seguros, onde irão prestando sucessivos exames.

Aviso

A Comissão de Turismo avisa o público em geral de que a estância balnear de Bubaque entrou em funcionamento a partir de Sábado dia 27 do mês passado.

Aluga-se

Um estabelecimento. Os interessados devem contactar na Gerência de Organizações Ancar.

NO PINTCHA

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências; AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «NO PINTCHA»
— Caixa Postal, 154.
BISSAU — GUINE-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.
AMANHÃ — Higiene — Rua António N/Bana, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.
Bombeiros — 2222.
POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

QUINTA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:

5 h. 55 min. — Abertura
6 h. — Canções da nossa terra
6 h. 10 min. — Programa Balanta
7 h. — Noticiário/Português e Crioulo
— Actualidades Sonoras (repetição)
8 h. — Encerramento:
— Segundo período de emissão
11 h. 55 min. — Abertura
12 h. — Canções em Beafada
12 h. 20 min. — Selecção musical
13 h. — Música crioula
13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Crioulo
13 h. 30 min. — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra (crioulo)
13 h. 45 min. — Prevenção Rodoviária/Português
15 h. — Encerramento:
— Terceiro período de emissão
15 h. 55 min. — Abertura
17 h. — Noticiário/Português Crioulo e Línguas
18 h. 45 min. — Agenda do dia
19 h. — Programa (Dus Curpo um Corçon)
20 h. — Noticiário/Português e Crioulo
20 h. 30 min. — Protesto
21 h. — Catavento
23 h. — Tempos Novos
24 h. — Encerramento.

SEXTA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:

5h. 55min. — Abertura da Estação;
6 h. — Canções da nossa terra
6 h. 10 min. — Programa em Mancanhe
7 h. — Noticiário/Português e Crioulo
— Actualidades Sonoras (repetição)
8 h. — Fecho da Estação.
— Segundo período de emissão
11 h. 55 min. — Abertura
12 h. — Canções em Nalú
12 h. 20 min. — Selecção musical
13 h. — Música crioula
13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Crioulo
13 h. 30 min. — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra (crioulo)
13 h. 45 min. — Ligação à Mesquita
14 h. — Educação Sanitária
15 h. — Encerramento.

Terceiro período de emissão

16 h. 55 min. — Abertura
17 h. — Noticiário/Português Crioulo e Línguas
18 h. — Anés e nê Saúdi
18 h. 45 min. — Agenda do dia
19 h. — Divergência
20 h. — Noticiário/Português e Crioulo
20 h. 30 min. — Prevenção Rodoviária (Português)
21 h. — Actualidades Sonoras
22 h. — Na mundo di disporto
23 h. — Tempos Novos
24 h. — Encerramento.

CINEMA

HOJE — As 18h 30min «A mulher felina», realização de Elliot Silverstein com Jane Fonda, Lee Marvin, Nat King Cole, Michael Callan e Stubby Kaye — m/10 anos. As 20h 45min «Os heróis», realização de Duccio Tessari com Rod Steiger, Rod Taylor, Rosanna Schiaffino, Claud Brasseur e Terry Thomas m/18 anos.
AMANHÃ — As 20h 45min «Os heróis», m/14 anos.

Médio Oriente: "Proposta" israelita

PARIS (AFP) — O problema do Médio-Oriente e as sequelas dominaram de novo na terça-feira a actualidade mundial. Em algumas horas, as Nações Unidas conseguiram, de facto, textos contraditórios respeitantes, directamente ou não, à existência do estado de Israel e ao nascimento de um futuro estado palestino independente.

Pela primeira vez, desde a sua fundação e depois da sua entrada na ONU, Israel apresentou uma resolução perante a assembleia internacional a fim de propôr o recomeço imediato da conferência de Genebra sobre o Médio-Oriente. Segundo o projecto israelita, a conferência de Genebra só reuniria os seus participantes iniciais, o que quer dizer Israel, o Egipto, a Jordânia e a Síria, assim como os presidentes americano e soviético.

A Organização de Libertação da Palestina é pois excluída da conferência, na resolução israelita analisada à letra.

A resposta árabe a esta iniciativa israelita não tar-

dou e durante a noite, 18 países não-alinhados favoráveis à causa palestina depuseram os dois projectos de resolução, reclamando em resumo a reunião da conferência de Genebra, a evacuação dos territórios árabes ocupados desde 1967 e medidas próprias a dar ao povo palestino «a satisfação dos seus direitos inalienáveis».

Esta efervescência diplomática dá um interesse muito particular à viagem que faz actualmente a Moscovi o coronel Kadhafi, Chefe de Estado líbio.

Entretanto, no Líbano um violento combate opôs na segunda-feira organizações palestinas ao «Saika», movimento palestino de obediência síria. As trocas de tiros teriam feito 20 mortos e vários feridos em Tripoli, cidade situada a 60 quilómetros a norte de Beirute, indica-se de fonte bem informada. Um primeiro incidente entre a OLP e o «Saika», tinha-se dado nos arredores de Beirute, dois dias após a entrada da força árabe de dissuasão na capital libanesa.

OUA

M'Boumoua, apresenta relatório ao Conselho Ministerial

KINSHASA (AFP) — A reunião de Kinshasa acontece «numa hora de verdade que nos permite saber se na impossibilidade de poder constituir uma entidade política, revelaremos a nossa capacidade de adoptar uma estratégia comum de desenvolvimento», declarou, especialmente, Eteki Mboumoua, Secretário-Geral da OUA, no seu «relatório introdutivo» da 11.ª sessão extraordinária do Conselho dos ministros da OUA, na terça-feira em Kinshasa.

Esta estratégia, segundo o parecer do Secretário-Geral da OUA, deve compreender um certo número de acções a empreender pelos países africanos:

- 1 — Uma acção comum de produtividade no domínio agrícola;
- 2 — Uma acção comum de financiamento;
- 3 — Acções comuns de consumo;
- 4 — Uma acção co-

mum de tecnologia; 5 — Um encorajamento de movimentos de mão-de-obra.

O mercado comum africano, do qual se fala bastante nestes últimos tempos, passa de maneira imperiosa «pelo desenvolvimento das trocas inter-africanas», prosseguiu Mboumoua. Ora, se se considera o comércio inter-africano, é-se obrigado a «lamentar a insuficiência notória do seu desenvolvimento». O Secretário-Geral da OUA classificou as razões desta insuficiência em duas categorias principais:

- 1 — As resultantes das estruturas e da organização económica;
 - 2 — As resultantes das estruturas e da organização económica.
- Entre as razões económicas, Mboumoua denunciou a extravasão das economias africanas voluntariamente estruturadas dessa maneira pelos colonizadores, e que os

países africanos não usam mudar por rotina e segurança.

No que diz respeito às razões financeiras, o Secretário-Geral da OUA lamentou a existência de várias zonas monetárias, o que complica os mecanismos comerciais entre africanos. Convidou, em seguida, os países africanos a tornarem-se donos dos seus recursos naturais.

Ao referir-se a seguir, a um colóquio que tinha sido organizado pela OUA e a CEA em Argel, Eteki Mboumoua fez algumas sugestões para a realização sugestiva do «Mercado Comum Africano».

Três países estão ausentes em Kinshasa: são, a ilha Maurícia que deveria ocupar a presidência da sessão, Madagáscar por razões não explicadas e Angola. A presidência da sessão está a cargo de coronel Jo Garba (Nigéria)

ONU

O Conselho de Segurança recomenda a reeleição de Kurt Waldheim

NAÇÕES UNIDAS — NOVA YORK (AFP) — O Conselho de Segurança recomendou na terça-feira, por unanimidade, a reeleição de Kurt Waldheim ao posto de Secretário-Geral da ONU, para um segundo mandato de cinco anos a partir de 1 de Janeiro de 1977. A Assembleia Geral ratificará esta recomendação dentro em breve.

Depois da sua sessão à porta fechada, o Conselho publicou o seguinte comunicado: O Conselho de Segurança (...) recomenda à As-

sembleia Geral que Kurt Waldheim seja nomeado Secretário-Geral para um segundo mandato de 1 de Janeiro de 1977 a 31 de Dezembro de 1982.

O comunicado precisa que este texto, que foi objecto de uma resolução adoptada por unanimidade, seguida à realização de um escrutínio secreto, mas não indica o número de voltas, nem o seu resultado. Sabe-se entretanto, por informações comunicadas por membros do Conselho, que tinha havido duas voltas de escrutínio e que Waldheim opôs ter sido

bloqueado na primeira volta por um veto chinês, foi eleito numa segunda volta por 14 votos, com uma abstenção. Ao anúncio da recomendação do Conselho, Kurt Waldheim fez exprimir pelo seu porta-voz o «seu profundo reconhecimento pela confiança que lhe foi manifestada pelos membros do Conselho».

A data da sessão da Assembleia Geral, que deve ratificar a recomendação do Conselho, será fixada brevemente. Waldheim anunciou que exprimiria mais amplamente a sua satisfação.

A Organização Africana da Madeira prepara um programa de actividades

LIBREVILLE (TASS) — A Organização Africana de Madeira está reunida em sua primeira sessão extraordinária em Libreville, capital do Gabão. Os participantes à sessão devem pôr em funcionamento um programa de actividade da organização para 1977, e examinar os problemas financeiros e organizacionais.

Ao inaugurar a sessão,

Leon Mebiane, primeiro-ministro do Gabão, declarou que a realização da Organização Africana de Madeira foi implicada pela luta comum dos países em vias de desenvolvimento, para o estabelecimento de uma nova ordem económica Mundial.

14 países africanos instituíram em Junho último este grupo para defender os seus interes-

ses do arbitrário, com o qual eles se batem no mercado capitalista internacional. Tem por tarefa assegurar uma utilização nacional das massivas florestas em África. Até aqui, na corrida dos super-proveitos, as sociedades estrangeiras descampadas de vastas zonas, não se inquietam com o restabelecimento do equilíbrio ecológico dos países africanos.

Namíbia

Aproxima-se a hora da libertação

NOVA IORQUE (TASS) — A justa luta do povo namibiano e dos povos do sul da África pela liberdade e a independência entrou na sua etapa definitiva. Ela intensifica-se pouco a pouco em todo o país, constatam Teo Ben Gourirab, chefe da delegação do movimento de libertação da Namíbia — Swapo — e os delegados dos países africanos independentes, que intervieram perante a 4.ª comissão da Assembleia Geral da ONU, durante o debate sobre a Namíbia.

O bando racista de Pre-

tória não é o único a desconhecer as resoluções da ONU, que convidam a pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia. Os países ocidentais e os monopólios imperialistas também as ignoram, sublinhou o representante da Swapo.

As Nações Unidas devem conceder uma ajuda multiforme à justa luta do povo namibiano, exigir que os dirigentes da RSA cessem imediatamente a ocupação da Namíbia e transfiram o poder à Swapo, representante do povo namibiano.

Jugoslávia - França

Respeitar os princípios da Carta da ONU

BELGRADO (TASS) — Valéry Giscard d'Estaing, Presidente da República Francesa, terminou a sua visita oficial a Jugoslávia, onde permaneceu a convite de Josip Broz Tito, Presidente da República Socialista da Jugoslávia.

No termo da visita foi publicado um comunicado conjunto jugoslavo-francês, onde «as duas partes consideram neces-

sário tomar medidas para libertar os territórios ocupados em 1967 pelas tropas israelitas, para se exercer os direitos legítimos do povo palestino, incluindo o seu direito a um estado independente, assim como o reconhecimento do direito a um desenvolvimento pacífico e independente de todos os povos dessa região».

Primeiro Ministro Guineense no Egipto

CAIRO (AFP) — O primeiro-ministro da Guiné, Lansana Beavogui, chegou na terça-feira ao Cairo para uma visita de três dias ao Egipto. É portador de uma mensagem do Presidente guineense Sekou Touré para o Presidente Sadate. O primeiro-ministro guineense teve conversações com os responsáveis egípcios acerca da cooperação entre os dois países para a utilização dos recursos da Guiné em óxido de alumínio.

Madagáscar ratificou a carta cultural de África

ANTANANARIVO (AFP) — Madagáscar ratificou a Carta Cultural de África, por despacho publicado no jornal oficial. Adoptada pelos chefes de estado e de governo da OUA, durante a sua 13.ª sessão na Ilha Maurícia em Julho último, a Carta visa especialmente combater todos os aspectos de alienação e de dominação culturais em África, favorecer a cooperação cultural internacional e entre estados africanos, e a favorecer em cada país a posse para todo o povo da ciência e da técnica.

Libano: consulta para o novo governo

BEIRUTE (TASS) — Elias Sarkis, Presidente do Líbano, iniciou na terça-feira consultas oficiais com vista à formação de um novo governo. A composição do gabinete dos ministros, estima-se em Beirute, deve ser anunciada durante as 48 horas que seguirão às consultas.

A FAO vai abrir delegação em Dar-es-Salam

DAR-ES-SALAM (AFP) — A Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO) vai abrir uma delegação para a Tanzânia, em Dar-es-Salam. Várias instituições das Nações Unidas, o Programa para o Desenvolvimento, o Fundo para a Infância, o Banco Mundial, o Alto-Comissariado para os Refugiados e a Organização Internacional do Trabalho, dispõem de agências em Dar-es-Salam. Encontra-se actualmente em Dar-es-Salam onde teve conversações com o ministro da Agricultura, John Malecela, uma delegação da FAO.

Delegação portuguesa em Luanda

LISBOA (AFP) — Uma delegação portuguesa chefiada por Rui Vilar, ministro dos Transportes, partiu na segunda-feira de manhã para Luanda a fim de assistir à celebração do 20.º aniversário da fundação do MPLA.

Eleições das comissões regionais

(Cont. da 1ª pág.)

dos da assistência que enchia por completo o salão. Outras reuniões nos bairros foram presididas por membros da Comissão Eleitoral Nacional, Comissários de Estado e militantes do Partido. A população do Bairro de Setembro reuniu-se na Associação Comercial com José Araújo, secretário da Organização do Partido. Por absoluta falta de espaço, o «NÔ PINTCHA» apresenta hoje, algumas passagens da intervenção do Presidente Luiz Cabral no comício no Bairro da Ajuda.

O camarada Pedro Ramos, membro do Estado-Maior das FARP e um dos quadros do Partido para a dinamização política no bairro, abriu a sessão de trabalho com a apresentação da comitiva presidencial e dos membros constituintes dos comités dos bairros de Ajuda e de Cuntum.

Luiz Cabral começou a intervenção saudando os presentes. Manifestou a sua satisfação por estar com o povo do bairro e conversar com ele sobre a nossa vida e a nossa luta actuais e, em particular, o momento das eleições que vivemos. Recordou as palavras de Amílcar Cabral, que comparava uma luta ao crescer de uma criança. A criança precisa de trocar o tamanho da sua roupa à medida que vai crescendo. E assim deve ser um Estado.

«Esta foi a razão porque o nosso Partido e a Assembleia Nacional Popular decidiram que, em cada época, precisamos consultar o nosso povo, a fim de confirmar e escolher pessoas que ele quer que o representem. Nós sabemos que fazer eleições não é uma coisa obrigatória para um Governo. O Governo que as faz é aquele que, de facto, quer ser um Governo do povo, que quer ouvir da boca do povo se está ou não contente com o trabalho que foi feito, se quer ou não as pessoas que estão a frente para continuarem a mandar na terra».

«Sabemos que o poder do PAIGC, na nossa terra, não foi tomado com as eleições. Foi possível com uma luta grande e difícil, que durou muitos anos e fez perder vidas a melhores filhos da nossa terra. O primeiro poder do PAIGC, portanto, foi conquistado com armas. Aquelas armas que libertaram a terra completamente e conseguiram transformar uma terra feita colónia portuguesa, a terra de um povo dominado pelo estrangeiro, num país livre e independente, dando ao nosso povo, toda a dignidade, todo o respeito e abrir-lhe um caminho novo de progresso e de felicidade para todos os seus filhos.»

«Mas outras pessoas podiam estar agora a pergun-

tar: O PAIGC tomou o poder com a força das armas e o seu prestígio, hoje, é maior do que quando tomou a independência. Então o porquê que o PAIGC vai agora fazer eleições? Esta é uma pergunta que muitas pessoas fazem. Talvez tenham razão. Nós fazemos eleições porque a lei fundamental da nossa terra, que é a Constituição da República preconiza a formação da Assembleia Nacional Popular, de quatro em quatro anos, para a eleição do Presidente do Conselho de Estado. Primeiro foi fixada de três em três anos. Mas a Assembleia adoptou de novo para qua-

O Presidente referiu-se a necessidade das Forças Armadas estarem cada vez mais fortes, mas sobretudo para defender as leis do país. Para defender aquelas leis que o nosso povo estabelece, através dos seus legítimos representantes escolhidos para a Assembleia. E, pelo contrário, rejeitou a ideia da existência das Forças Armadas, da Polícia e da Segurança para defender a lei de uma minoria de gente que se preocupa apenas com a sua barriga e a conservação de lugares ocupados.

Fez uma comparação entre as eleições que se efectuam em alguns países euro-

phetes de identidade e sem soberem ler. Para o fazermos agora precisamos de muitos anos. Mas aquele método que utilizaram para eleições, era precisamente para impedir voto à maioria das nossas populações. Só votam os que tinham o bilhete de identidade. Não queremos isso. Para nós, quem vai controlar e indentificar os votos é o próprio povo...»

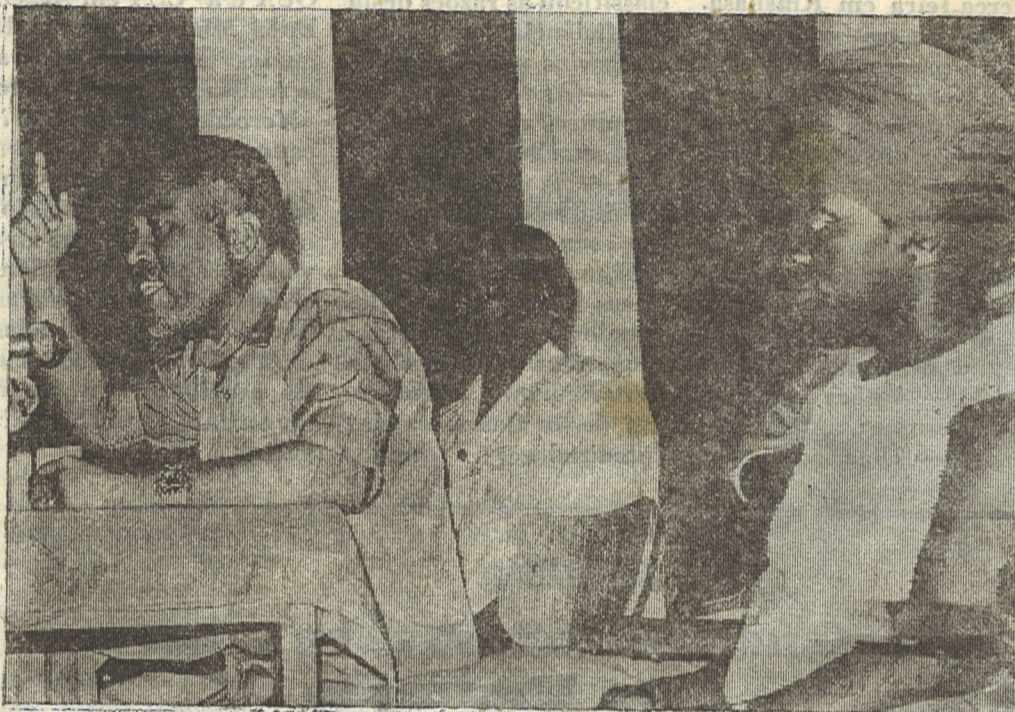
COMISSÃO ELEITORAL APRECIA OS RELATÓRIOS

A Comissão Nacional Eleitoral reuniu-se de novo, anteontem, às 18h, com todos os delegados para debater os últimos pontos de esclere-

Lopes e Agostinho Cabral de Almada (Gazela), membros do Estado-Maior das FARP e respectivamente Comandantes da Marinha e da Força Aérea, assistiram a reunião e discutiram possibilidade de utilização de viaturas, rádio-operadores, vedetas, helicópteros e outro material, para as deslocções dos delegados da Comissão Nacional Eleitoral, a zonas mais afastadas e de difícil comunicação, com o Leste e o Sul do País.

O secretário da Organização do Partido, camarada José Araújo, que também participou nos debates, fez algumas considerações práticas sobre a questão posta por alguns delegados, referente a escolha de presidentes de Comité de Sectores. Ele explicou que nada na lei o proíbe. O inconveniente disso é que torna-se diminuta a sua capacidade de trabalho, pois eles constituem o maior apoio de que dispõe a Comissão, nas regiões. O facto de um Presidente do Comité de sector não ser membro ou delegado da Comissão Eleitoral não significa que seja excluído a sua participação. José Araújo acrescentou que esta consideração pode ser seguida ou não, de acordo com a situação das regiões. Os militares e elementos de segurança não podem ser membros de Conselhos Regionais, por terem tarefas concretas em cada posto que ocupam.

Outros pontos de vista foram apresentados por delegados ali presentes, como a inconveniência que a inclusão de um médico pode criar, em casos de urgência e as condições em que um delegado tem o direito de ser eleito ao Conselho Regional. Um delegado ou um membro da Comissão Eleitoral Nacional não pode ser candidato do próprio sector em que desenvolveu actividades de dinamização durante a campanha eleitoral. Pode votar no mesmo sector e serem candidatos de outras zonas. José Araújo contou que são considerados candidatos do Partido para os Conselhos Regionais, todos aqueles que já foram conselheiros junto dos Conselhos que haviam sido criados pelas eleições de 1972, nas antigas regiões libertadas.



tro anos.»

«E nós queremos uma terra de legalidade. Não queremos uma terra de abusos. Uma terra onde as pessoas que têm poder nas mãos fazem tudo com medo de o perder. Nós queremos uma terra de liberdade onde cada cidadão sabe que a pessoa colocada à frente para dirigir o país, ele deu a sua voz contribuiu a favor dessa candidatura. Assim, quando essa pessoa não andar direitinho amanhã no caminho, que tenha também força e coragem de dizer a verdade sobre ele».

peus, explicando que na nossa terra, elas devem ser feitas de acordo com a realidade local: «A realidade da nossa terra — disse — temos que a olhar de frente. Não podemos esconder a realidade de que os colonialistas deixaram no nosso país e nem podemos fazer eleições imitando outros países no mundo, em que cada cidadão tem que apresentar o seu bilhete de identidade para votar».

«Nós não podemos fazer isso camaradas, porque o colonialismo deixou a maior parte da população sem bi-

cimento contidos nos relatórios apresentados por estes anteriormente, com vista a resolução de problemas que dificultam a execução rápida do trabalho. Compreende-se pois, que a campanha eleitoral despõe de muito tempo, se se considerar todas as dificuldades de ligação entre sectores e demais partes do país: a falta de transportes, meios de comunicação, instalações e outros condicionalismos.

A Marinha, o Exército e a Força Aérea também estão a dar a sua participação nas actividades eleitorais. Julião

NOVA YORK (TASS) — A 4.ª Comissão da Assembleia Geral da ONU terminou o exame do problema da Namíbia, ilegalmente ocupada pelo bando racista da RSA. Foram submetidas à aprovação da Comissão, uma série de resoluções visando de ter ocupação ilegal da Namíbia pelo regime racista da RSA.

DOHA (AFP) — A conferência ministerial da Organização dos países Exportadores de Petróleo (Opep) realizou-se em Doha, a 15 de Dezembro, confirmou ontem, o sheik, Abdel Aziz Ben Khalifa, ministro das Finanças e do Petróleo de Qatar.

SÓFIA (TASS) — Abriu ontem, em Sófia, a conferência internacional de solidariedade com os trabalhadores e o povo da Coreia, que lutam pela reunificação independente e pacífica do país. A conferência foi organizada pela Federação Sindical Mundial, 89 representantes de 39 países do mundo e 13 uniões internacionais dos sindicatos participam.

HAVANA (TASS) — Acabam de ser assinados, entre a República cubana e a República Popular de Angola, acordos de cooperação económica, técnica e cultural. Os documentos prevêem um largo desenvolvimento de cooperação entre os organismos de estado dos dois países, especialmente, na construção civil, telecomunicações, indústria ligeira e nos domínios da cultura e desporto.

TÓQUIO (TASS) — Takeo Miki, primeiro-ministro do Japão, tenciona demitir-se, Ichitaro Ide, secretário-geral do Gabinete de ministros anunciou ontem, numa conferência de imprensa, que o primeiro-ministro anunciará a sua decisão nos próximos dias. Takeo Miki tomou essa medida sob pressão dos seus adversários no Partido, e dos meios industriais-financeiros descontentes com a derrota que o Partido Liberal-Democrata, no poder, sofreu durante as recentes eleições para a Câmara Baixa do Parlamento.

LUANDA (TASS) — Chegou ontem a Luanda, a convite do Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, uma delegação do PCUS, chefiada por Vadim Ignatov, primeiro-secretário do Comité do Partido da região de Voronej. A delegação do PCUS assistirá às solenidades do 20.º aniversário do MPLA.